



**UNIVERSIDADE DA INTEGRAÇÃO INTERNACIONAL
DA LUSOFONIA AFRO-BRASILEIRA
INSTITUTO DE CIENCIAS SOCIAIS APLICADAS
CURSO DE PÓS-GRADUAÇÃO LATO SENSU EM GESTÃO PÚBLICA**

ANDRÉA SILVA AZEVEDO

A ÉTICA NA GESTÃO PÚBLICA EDUCACIONAL

SÃO FRANCISCO DO CONDE

2018

ANDRÉA SILVA AZEVEDO

A ÉTICA NA GESTÃO PÚBLICA EDUCACIONAL

Trabalho de Conclusão de Curso apresentado
ao Curso de Pós-Graduação Lato Sensu em
Gestão Pública da Universidade da Integração
Internacional da Lusofonia Afro-Brasileira
como requisito parcial à obtenção do título de
Especialista em Gestão Pública

Orientadora: Prof^a. Dr^a. Antônia Márcia
Rodrigues Sousa.

SÃO FRANCISCO DO CONDE

2018

Universidade da Integração Internacional da Lusofonia Afro-Brasileira
Sistema de Bibliotecas da UNILAB
Catalogação de Publicação na Fonte.

Azevedo, Andrea Silva. A986e

A Ética na Gestão Pública Educacional / Andrea Silva Azevedo. - São Francisco do Conde, 2018.
37f: il.

Trabalho de Conclusão de Curso - Curso de Gestão Pública - 2016.2,
Instituto De Ciências Sociais Aplicadas, Universidade da Integração
Internacional da Lusofonia Afro-Brasileira, São Francisco do Conde,
2018.

Orientador: Antônia Márcia Rodrigues Sousa.

1. Ética. 2. Serviço Público. 3. Gestor Escolar. I. Título

CE/UF/BSCL

CDD 170

ANDRÉA SILVA AZEVEDO

A ÉTICA NA GESTÃO PÚBLICA EDUCACIONAL

Trabalho de Conclusão de Curso apresentado
ao Curso de Pós-Graduação Lato Sensu em
Gestão Pública da Universidade da Integração
Internacional da Lusofonia Afro-Brasileira
como requisito parcial à obtenção do título de
Especialista em Gestão Pública.

Aprovado em: 13/04/2018.

BANCA EXAMINADORA

Prof^a. Dr^a. Antônia Márcia Rodrigues Sousa (Orientadora)
Universidade da Integração Internacional da Lusofonia Afro-Brasileira (UNILAB)

Prof. Dr. Eduardo Soares Parente
Universidade da Integração Internacional da Lusofonia Afro-Brasileira (UNILAB)

Prof. Dr. Joilma Menezes Sales da Cruz
Universidade da Integração Internacional da Lusofonia Afro-Brasileira (UNILAB)

Dedico este trabalho a Deus e a todos que
contribuíram direta e indiretamente, em minha
formação acadêmica.

AGRADECIMENTOS

A Deus, por me proporcionar a concretização de mais um sonho.

A minha família que sempre me apoiou nos estudos e nas escolhas tomadas.

A orientadora Prof^a. Dr^a. Antônia Márcia Rodrigues Sousa que teve papel fundamental na elaboração deste trabalho.

Aos professores participantes da banca examinadora Prof. Dr. Eduardo Soares Parente e Prof. Dra. Joilma Menezes Sales da Cruz pelo tempo, pelas valiosas colaborações e sugestões.

Aos meus colegas pelo companheirismo e disponibilidade para me auxiliar em vários momentos.

“O que mais preocupa não é o grito dos violentos, nem dos corruptos, nem dos desonestos, nem dos sem ética. O que mais preocupa é o silêncio dos bons.”

Martin Luther King Jr.

RESUMO

Tendo como premissa o entendimento de que o gestor público é responsável por administrar recursos humanos e bens patrimoniais da Administração, esta pesquisa tem por objetivo discutir sobre a relação entre a ética pública e a atuação dos gestores no contexto escolar. Atos de improbidade e priorização de interesses pessoais são exemplos típicos da crescente despreocupação com os princípios éticos dentro do serviço público. Assim sendo, este estudo se dispõe a esclarecer se uma postura ética por parte do gestor escolar influencia no desempenho das pessoas envolvidas nos diversos segmentos escolares. Dessa forma, esta pesquisa contextualiza a ética em sentido teórico e prático, evidenciando como ela está se concretizando na Administração Pública Educacional, a frequência com que estas condutas éticas e antiéticas vêm ocorrendo no ambiente educacional, a existência, ou não, da postura ideal e características indispensáveis aos gestores, tendo por campo de pesquisa uma escola do Estado da Bahia. Foi realizada uma pesquisa de cunho bibliográfico e qualitativo, junto a questionários e observação direta do campo de investigação. Os resultados obtidos evidenciam que a gestão da escola pesquisada administra com ética tanto os recursos financeiros, quanto os humanos, envolvendo a participação de todos nas decisões coletivas.

Palavras-chave: Ética. Serviço Público. Gestor Escolar.

ABSTRACT

Based on the premise that the public manager is responsible for managing human resources as well as the administration's property assets, this research aims to discuss the relationship between public ethics and the performance of managers in the school context. Acts of impropriety and prioritization of personal interests are typical examples of the growing unconcern with ethical principles within the public service. Therefore, this study aims to clarify whether an ethical attitude on the part of the school manager influences the performance of the people involved in the different school segments and, by contextualizing ethics in a theoretical and practical sense, to show how ethics in the educational public administration is being achieved, the frequency with which the ethical and unethical conducts occur in the educational environment, whether or not an ideal behavior and indispensable characteristics of managers exist. The study uses a school in the state of Bahia as research field. A qualitative and quantitative research was carried out, along with questionnaires and direct observation. The results obtained show that the managers of the abovementioned school administer both the financial and the human resources in an ethical way, involving the personnel in the process of reaching collective decisions.

Keywords: Ethics. Public Service. School Manager.

LISTA DE GRÁFICOS

Gráfico 01 – Dados Demográficos da População Investigada em relação à variável Idade	20
Gráfico 02 – Dados Demográficos da População Investigada em relação à variável Escolaridade	20
Gráfico 03 – Dados Demográficos da População Investigada em relação à variável Gênero	21
Gráfico 04 – Dados Demográficos da População Investigada em relação ao Tempo de trabalho com a Docência	21
Gráfico 05 – Dados Demográficos da População Investigada em relação ao Tempo de trabalho na Gestão Educacional	22
Gráfico 06 – Nível de Satisfação dos Professores quanto ao Local de Trabalho	22
Gráfico 07 – Importância da Ética na Gestão Escolar	23
Gráfico 08 – Periodicidade de Condutas Éticas X Antiéticas no Contexto Escolar	25
Gráfico 09 – Influência do Gestor no Comportamento dos Membros envolvidos no Ambiente Escolar	26

SUMÁRIO

1	INTRODUÇÃO	11
1.1	PROBLEMA	11
1.2	OBJETIVOS	11
1.2.1	Objetivo Geral.....	11
1.2.2	Objetivos Específicos	12
1.3	METODOLOGIA	12
1.4	JUSTIFICATIVA	13
2	FUNDAMENTOS DA ÉTICA	14
2.1	ÉTICA NO SERVIÇO PÚBLICO	14
2.2	ÉTICA NA GESTÃO PÚBLICA.....	16
2.3	ÉTICA NA GESTÃO PÚBLICA ESCOLAR	17
2.4	CÓDIGO DE ÉTICA: COMPORTAMENTO ORGANIZACIONAL DO GESTOR PÚBLICO.....	18
3	ANÁLISE DOS DADOS DA PESQUISA	20
4	CONCLUSÃO	29
	REFERÊNCIAS	31
	APÊNDICE A – INSTRUMENTO DE COLETA DE DADOS:	
	QUESTIONÁRIO 1.....	33
	APÊNDICE B – INSTRUMENTO DE COLETA DE DADOS:	
	QUESTIONÁRIO 2	35

1 INTRODUÇÃO

A ordem jurídica confere aos Gestores Públicos a responsabilidade de gerenciar pessoas e recursos da Administração Pública, de modo a garantir que os cidadãos tenham seus direitos respeitados e os serviços públicos sejam prestados conforme os princípios que norteiam a Administração Pública.

O Gestor Público está vinculado aos princípios constitucionais expressos constantes no Art. 37 da Constituição da República Federativa do Brasil - Legalidade, Impessoalidade, Moralidade, Publicidade e Eficiência. Neles devem estar pautadas as diretrizes fundamentais da Administração e, conseqüentemente, o senso de ética e moralidade.

Meirelles (2016, p. 106) afirma que: “Cada agente administrativo é investido da necessária parcela de poder público para o desempenho de suas atribuições. Esse poder é usado, normalmente, como atributo do cargo ou função, e não como um privilégio da pessoa que o exerce”.

Em 2016, a Revista Exame noticiou um levantamento realizado pelo Ministério da Transparência, Fiscalização e Controladoria-Geral da União (CGU), em parceria com a Polícia Federal e o Ministério Público Federal, revelando que a Educação e a Saúde são as áreas com maiores índices de corrupção no país, responsáveis por quase 70% dos desvios de recursos públicos. Sendo assim, o estudo do tema é relevante uma vez que ajuda a sociedade a entender melhor o papel da ética nas ações de Gestão Pública dentro do âmbito educacional, papel este que não se restringe a fornecer, apenas, soluções e sim, manter a reputação de integridade, honestidade e lealdade perante os Agentes Públicos e a Sociedade.

1.1 PROBLEMA

Como se pode constatar, um gestor educacional é, antes de tudo, um educador e a gestão escolar é um espaço privilegiado de aprendizagem democrática. Dessa forma, a problemática desta pesquisa consiste, dentro das suas limitações, em encontrar respostas para a seguinte questão: “Uma postura ética por parte do gestor escolar influencia no desempenho das pessoas envolvidas nos diversos segmentos escolares?”.

1.2 OBJETIVOS

1.2.1 Objetivo Geral

Discutir a relação entre a ética pública e a atuação dos Gestores no contexto escolar.

1.2.2 Objetivos Específicos

- Descrever como está se concretizando a ética na Administração Pública educacional;
- Discutir sobre a existência, ou não, da postura ideal e características indispensáveis aos Gestores;
- Esclarecer a frequência com que condutas éticas e antiéticas vêm acontecendo no ambiente educacional.

1.3 METODOLOGIA

O presente estudo tem como objetivo discutir a relação entre a ética pública e a atuação dos gestores no contexto escolar, tendo como base o diagnóstico da pesquisa realizada em uma escola pública do estado da Bahia.

Assim, para dar cumprimento a esse objetivo, foi realizada uma pesquisa de cunho bibliográfico e qualitativo. A pesquisa bibliográfica busca o levantamento da literatura relacionada aos temas de ética, que inclui livros, teses e artigos referentes aos procedimentos éticos nos vários segmentos do conhecimento humano. Documentos como leis e publicações especializadas, também, fizeram parte do levantamento de dados.

A pesquisa qualitativa baseia-se na interpretação dos fenômenos e tem o ambiente como fonte direta de coleta dos dados (PRODANOV, 2013). Para fundamentar o tema proposto, foram adotados como instrumentos de pesquisa entrevistas e questionários diretos com perguntas objetivas e subjetivas contemplando as áreas pedagógica, financeira e administrativa.

A elaboração dos dados coletados em Fevereiro de 2018 foi realizada com base em análise qualitativa, tabulação e levantamento percentual destes, adotando-se o método matemático-estatístico. Este procedimento permitiu a disposição dos resultados coletados em

gráficos, aos quais se farão referências no decorrer da análise dos dados da pesquisa que segue no Capítulo 3.

1.4 JUSTIFICATIVA

Atualmente, observa-se uma grande preocupação acerca do crescimento de práticas e ações que vão contra a ética e a moral no âmbito público educacional. Tanto a Sociedade quanto os Agentes Públicos, têm se posicionado de forma a cobrar mais transparência na aplicação dos recursos e no atendimento das necessidades da população.

Neste sentido, a justificativa deste estudo está tanto na perspectiva teórica, identificando a importância da consciência ética e do conhecimento das normas existentes na gestão pública educacional, quanto na perspectiva prática, pois assim como a educação, a ética é aprendida e desenvolvida pelo ser humano. Uma boa formação ética pode ajudar os gestores públicos a atuarem de forma honesta e transparente, evitando, assim, situações arbitrárias, indecorosas e ilícitas.

2 FUNDAMENTOS DA ÉTICA

Considerando a heterogeneidade das relações sociais e os conflitos de interesses que atualmente se vivencia, definir ética se torna um trabalho árduo. Reforçando essa idéia, Valls(2017), afirma que “a ética é daquelas coisas que todo mundo sabe o que são, mas que não são fáceis de explicar quando alguém pergunta”. Segundo ele, tradicionalmente, ela é entendida como um estudo sobre os costumes ou sobre as ações humanas.

Recorrendo ao dicionário, a palavra ética (do grego *ethos*) é definida como a “disciplina filosófica que estuda o valor das condutas humanas, seus motivos e finalidades, o reflexo sobre os valores e justificativas morais, aquilo que se considera o bem. Análise da capacidade humana de escolher, ser livre e responsável por sua conduta entre os demais”.

Segundo Vásquez (2017, p. 12), “A ética é a teoria ou ciência do comportamento moral dos homens em sociedade”. Dessa forma, pode-se perceber que o interesse da ética é o ser humano, é a pessoa como um todo, realizando, contudo, uma harmonização entre o seu ser e o seu dever de ser. A ética costuma ser, constantemente, confundida com o seu objeto: a moral. Apesar de estarem intimamente interligadas, elas possuem conceitos diferentes.

Numa distinção mais apurada, segundo Silva e Sung (2016), a Ética provém do grego *ethos*, e quer dizer caráter, modo de ser. Já a Moral, por sua vez, é originária do latim e é plural de mos, significando costumes. De acordo com Tugendhat (2016), a ética é uma reflexão filosófica sobre a moral. Ou seja, enquanto a moral trata-se da convenção, a ética versa sobre a reflexão.

Em resumo, alguns autores conceituam ética como sendo um princípio, uma regra(teoria) permanente e universal. Já a moral é considerada como sendo aspectos de condutas específicas da regra(prática), temporal e cultural. Sendo assim, conclui-se que agir eticamente é fazer a coisa certa porque acredita-se que é o certo a ser feito, independente de existir regras, ou não, que determinem aquela conduta. Já agir moralmente significa fazer a coisa certa porque a sociedade impõe ao sujeito aquele modo de fazer.

2.1 ÉTICA NO SERVIÇO PÚBLICO

A Constituição Federal, promulgada em 1988, dispõe que a conduta dos Agentes Públicos da Administração deve ser submetida a alguns princípios básicos que devem pautar a atuação da Administração Pública. Tais princípios são expressos e estão inseridos no caput do

art. 37, com sua redação atual dada pela Emenda Constitucional nº 19, de 04/06/1998, *in verbis*:

Art. 37. A administração pública direta e indireta de qualquer dos Poderes da União, dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios obedecerá aos princípios de legalidade, impessoalidade, moralidade, publicidade e eficiência e, também, ao seguinte: (...)

Conforme Carvalho Filho (2017), acordou-se denominá-los de Princípios Expressos pois revelam as diretrizes fundamentais da Administração. Os Princípios Expressos foram instituídos com o intuito de regular a ação dos Agentes Públicos de forma ética. Contudo, é válido ressaltar que, embora existam leis e penalidades específicas para desvios de conduta na Administração Pública, essas medidas não são suficientes para garantir a efetivação de um Serviço Público com qualidade, pois de nada adianta uma lei rígida se o sistema de fiscalização e controle é bastante falho. Diante disto, é inevitável evidenciar a importância do comportamento ético por parte dos gestores bem como a sua fidelidade ao cumprimento das normas.

Segundo Maria Sylvia Di Pietro (2015), o Princípio da Legalidade estabelece que toda atividade da Administração Pública só pode agir segundo a lei. Ou seja, o Gestor Governamental e os demais Agentes Públicos só podem fazer aquilo que a lei expressamente autorizar, não podendo agir como bem entenderem mesmo que seja para a busca do interesse coletivo. Já o Princípio da Impessoalidade estabelece que os Atos Administrativos devem ser praticados tendo em vista o interesse público, e não os interesses pessoais do agente ou de terceiros. Nele destacam-se três aspectos: isonomia, finalidade pública e não promoção pessoal.

Quanto ao primeiro aspecto, a lei objetiva a igualdade de tratamento que a Administração deve dispensar aos administrados que se encontrem em idêntica situação jurídica, sem favorecimentos ou discriminações de qualquer espécie. No que tange a finalidade pública, a lei diz que qualquer ato praticado com objetivo diverso do interesse público será considerado nulo, por desvio de finalidade. Em relação ao terceiro enfoque, o princípio da impessoalidade veda a promoção pessoal do Agente às custas das realizações da Administração Pública.

Também de acordo com Di Pietro (2015), o Princípio da Moralidade impõe que os Agentes Públicos tenham a capacidade de distinguir entre o que é permitido e o que não é permitido. Liga-se à ideia de integridade e lisura. O da Publicidade impõe à Administração Pública o dever de dar transparência a seus atos, tornando-os públicos, do conhecimento de

todos. Ressalvadas as hipóteses nas quais a lei admite o sigilo. E, por fim, o Princípio da Eficiência exige que a atividade administrativa além de ser exercida com primor e celeridade e tenha, também, produtividade a fim de que seus objetivos sejam alcançados sem perdas financeiras e com maior rentabilidade social.

Bandeira de Mello (2016), adverte que “(...) a Administração e seus Agentes têm que atuar em conformidade com os princípios éticos”. De acordo com ele, violá-los implicará ilicitude que se sujeita a conduta viciada a invalidação.

2.2 ÉTICA NA GESTÃO PÚBLICA

Em muitos casos, o descumprimento das Normas de Conduta e Princípios Administrativos configura crime uma vez que a Gestão Pública tem por objetivo estabelecer padrões éticos de conduta nas organizações. A ineficiência das ferramentas de gestão e o instinto de impunidade fazem com que as Autoridades não cumpram os princípios éticos que deveriam ser por elas respeitados.

É obrigação legal do Gestor Público distinguir o que é íntegro do que é ímprobo, gerindo suas atividades de forma responsável, administrando os bens públicos e as pessoas com impessoalidade e compromisso, garantindo, assim, a idoneidade das atividades a serem executadas.

Segundo Meirelles (2016), a Moralidade no Setor Público tem uma importância crucial uma vez que ainda são crescentes os casos de corrupção no Setor Público, inclusive na Gestão Educacional. De acordo com pesquisa realizada em 2017, a Transparência Internacional, divulgou um *ranking* de percepção da corrupção que mostra um levantamento de como instituições como o banco mundial vêem o Setor Público entre 176 países. O Brasil aparece na 79ª posição, o que nos permite concluir que o Setor Público ainda precisa avançar muito em se tratando de combater à corrupção e fazer cumprir os Princípios Constitucionais (G1, 2017).

Uma conduta ética é muito mais determinada por questões de consciência, educação e valores morais, do que pelo simples dever de dar cumprimento às regras. Sendo assim, fica claro concluir que um sistema de gestão ético deve envolver funções de natureza educativa, consultiva, preventiva, conciliadora, investigadora e punitiva.

É válido ressaltar que o principal objetivo da ética é educar e prevenir ao invés de punir. Reforçando essa idéia, Meirelles (2016), diz que os Agentes Públicos devem ser constantemente orientados sobre suas responsabilidades e condutas. Assim sendo, percebe-se

que as condições oferecidas pelo ambiente de trabalho, no que se refere à postura ética que os Gestores adotam diante de seus liderados, interferem na maneira como os objetivos Governamentais são alcançados.

De acordo com os estudiosos da Teoria da Escolha Pública (*PublicChoice*), o maior interesse do funcionário público está ligado a própria conveniência dele. A *PublicChoice* tem como base o individualismo, na administração pública o funcionário público visa somente o seu próprio bem-estar, ampliando seu círculo de poder com a intenção de manter seu cargo, desta forma, maximiza o seu interesse Hoffmann, Diovana (2014).

A Máquina Pública necessita de uma mudança que envolva não somente o Estado mas também os seus Agentes. Ou seja, é necessária uma maior conscientização sobre as condutas, hábitos e valores que se instituem com o tempo e se enraízam na Administração.

2.3 ÉTICA NA GESTÃO PÚBLICA ESCOLAR

A escola pública tem se tornado alvo de constantes atos de corrupção, ignorando, assim, os princípios morais e éticos. É indispensável que o Gestor Escolar além de gerenciar os recursos públicos com zelo e transparência, também exerça a cidadania priorizando as necessidades coletivas.

De acordo com Salles, Helena (2014), uma gestão democrática é aquela compartilhada por todos e que expresse a participação social. Para ela, é essencial que as escolas desenvolvam independência em uma gestão democrática e encorajem a atuação participativa das pessoas comprometidas com o cenário escolar.

José Carlos Libâneo (2015), reconhece que a escola precisa interagir com a sociedade civil. É preciso pensar sobre o perfil dos Gestores Escolares e sobre a maneira como eles são vistos pela sociedade. Ou seja, não basta investir em tecnologias e melhorias para serviços e processos, se os profissionais que estão à frente das escolas não mudarem enquanto pessoas.

O Gestor escolar é o modelo principal na questão da aplicação da ética e da moral no ambiente escolar, é ele o responsável pela administração dos recursos materiais, financeiros e humanos. Um Gestor escolar precisa ter uma estrutura ética imaculada para atender as necessidades das pessoas que estão sob sua responsabilidade de forma imparcial e democrática.

Sendo assim, entende-se que tanto os professores quanto os alunos, bem como seus responsáveis se espelham no Gestor para agir e distinguir o que é permitido do que não é

aceito dentro da escola. Portanto, a atuação dele precisa ser baseada em ações capazes de mudar condutas, preservar o equilíbrio e atingir os propósitos dentro do ambiente educacional. O que todos esperam deste profissional, é que ele respeite e cumpra as leis, que haja com transparência, honestidade, de forma igualitária com todos os presentes no contexto escolar, e acima de tudo, que reúna seus valores ao exercício de sua profissão.

2.4 CÓDIGO DE ÉTICA: COMPORTAMENTO ORGANIZACIONAL DO GESTOR PÚBLICO

O código de ética, cada vez mais, vem sendo fundamental para uma organização, que busque a ética como fundamento para suas ações. De acordo com Moreira (2002, p.33): “O Código de Ética, quando adotado, implantado de forma correta e regularmente obedecido, pode constituir uma prova legal da determinação da administração da empresa, de seguir os preceitos nele refletidos”. Assim sendo, a ética começou a ser mais exigida pela sociedade, e esta passou a acompanhar comportamentos e condutas dentro das organizações públicas.

Existem alguns comportamentos relevantes que devem ser observados pelos gestores e por eles devem ser seguidos como uma forma de orientação, de como devem se portar para manter a ética sempre presente nos órgãos públicos, tendo em vista que uma organização pública deve ter claramente definido no seu código de ética, seus propósitos e critérios éticos. Algumas destas condutas são:

- Cumprir seus compromissos e/ou acordos;
- Ser competente no que faz;
- Comprometer-se com seus subordinados;
- Ser comprometido com a sociedade;
- Respeitar o meio ambiente, dentre outras.

Keneth Blanchard apud Stukart (2003, p.73) “cita cinco pontos para o poder ético numa empresa (5pês): Propósito, pundonor (brio, decoro), paciência, persistência e perspectiva”.

O Órgão Público precisa ter a consciência que ao implantar o código de ética, todos os membros da organização, partindo dos gestores até o mais novo servidor, precisam segui-lo, adotando, assim, posturas de condutas éticas e seguindo os procedimentos nele estabelecidos.

Uma das vantagens de sua implantação é o fortalecimento da imagem do Órgão Público, a integração entre servidores e gestores, estimulação do comprometimento de todos os membros da organização, a solução de conflitos, dentre outros.

O objetivo do código de ética é expressar um entendimento sobre as condutas do gestor e seus subordinados, coibindo, assim, os atos antiéticos. Deve haver, também, coerência entre os princípios do código de ética e as ações, pois de nada adianta formalizar o código de ética através de um relatório e guardá-lo na gaveta sem que as ações estabelecidas não sejam praticadas. O Gestor Público deve ter como compromisso fazer valer os princípios estabelecidos em práticas concretas do seu cotidiano profissional e social.

3 ANÁLISE DOS DADOS DA PESQUISA

O Colégio Estadual Artur de Sales, localizado no Largo Campinas de Pirajá, S/N, bairro Campinas de Pirajá, Salvador/Bahia constitui-se amostra desta pesquisa e atua no segmento de ensino fundamental II, com turmas de 6º ao 9º ano, ensino médio e Educação de Jovens e Adultos. Também possui quadro efetivo de 20 (vinte) professores no turno matutino, 23 (vinte e três) nos turnos vespertino e noturno, 01 (uma) diretora que atua nos três períodos e 01(um) vice-diretor para cada turno.

Foram aplicados questionários e feitas entrevistas a 16 (dezesesseis) profissionais, dentre eles 12 (doze) professores, 01 (uma) Gestora e 03 (três) vice-diretores do Colégio Estadual Artur de Sales, localizado no Largo Campinas de Pirajá, S/N, bairro Campinas de Pirajá, Salvador/Bahia.

A exploração do material constitui análise de conteúdo, que segundo Bardin (2006, p. 733) “consiste numa técnica de análise de dados que vem sendo utilizada com frequência nas pesquisas qualitativas no campo da administração, assim como na psicologia, na ciência política, na educação, na publicidade e, principalmente, na sociologia”. Assim sendo, a presente pesquisa se organiza em três fases:

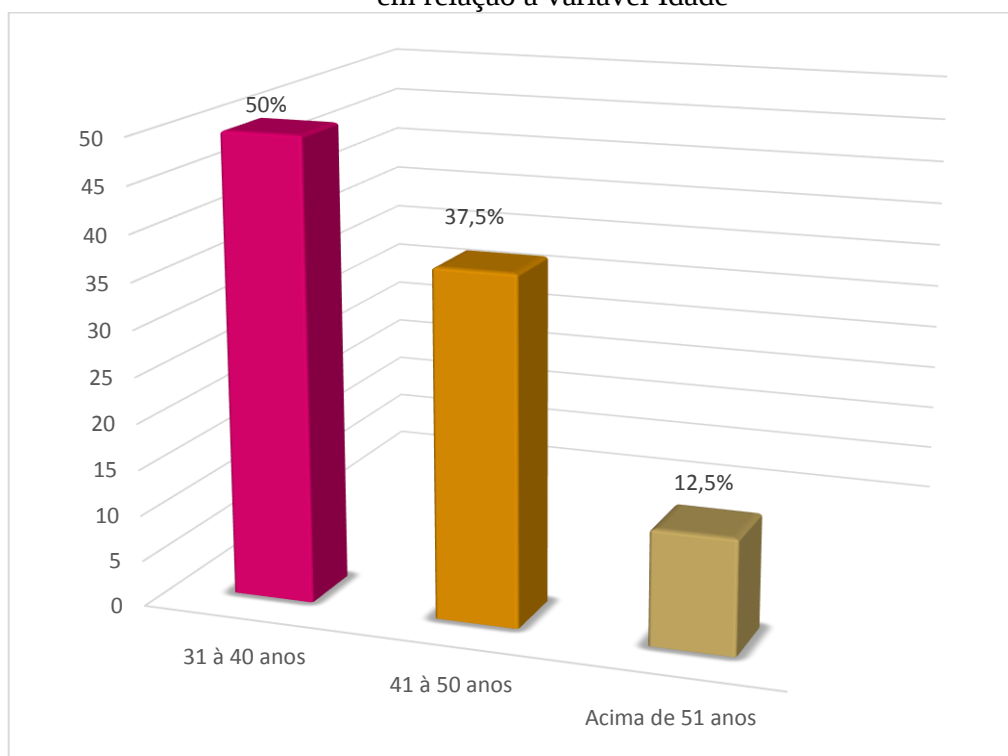
A primeira é a pré-análise, Trata-se da organização propriamente dita por meio da leitura flutuante, da escolha dos documentos, formulação das hipóteses e dos objetivos e referenciação dos índices e elaboração de indicadores, que envolve a determinação de indicadores por meio de recortes de texto nos documentos de análise (Bardin, 2006, p. 735).

A exploração do material constitui a segunda fase, a qual diz respeito ao corpus (qualquer material textual coletado) submetido a um estudo aprofundado, orientado pelas hipóteses e referenciais teóricos. Dessa forma, a codificação, a classificação e a categorização são básicas nesta fase (Bardin, 2006, p. 735).

A terceira fase diz respeito ao tratamento dos resultados, inferência e interpretação. Esta etapa é destinada ao tratamento dos resultados; ocorre nela a condensação e o destaque das informações para análise, culminando nas interpretações inferenciais; é o momento da intuição, da análise reflexiva e crítica (Bardin, 2006, p. 735).

A pesquisa de campo possibilitou a análise a seguir sobre a ética na percepção dos professores e gestores do Colégio Estadual Artur de Sales. Primeiramente, são apresentados os resultados da população investigada, em relação aos dados demográficos: idade, escolaridade, gênero e tempo de serviço.

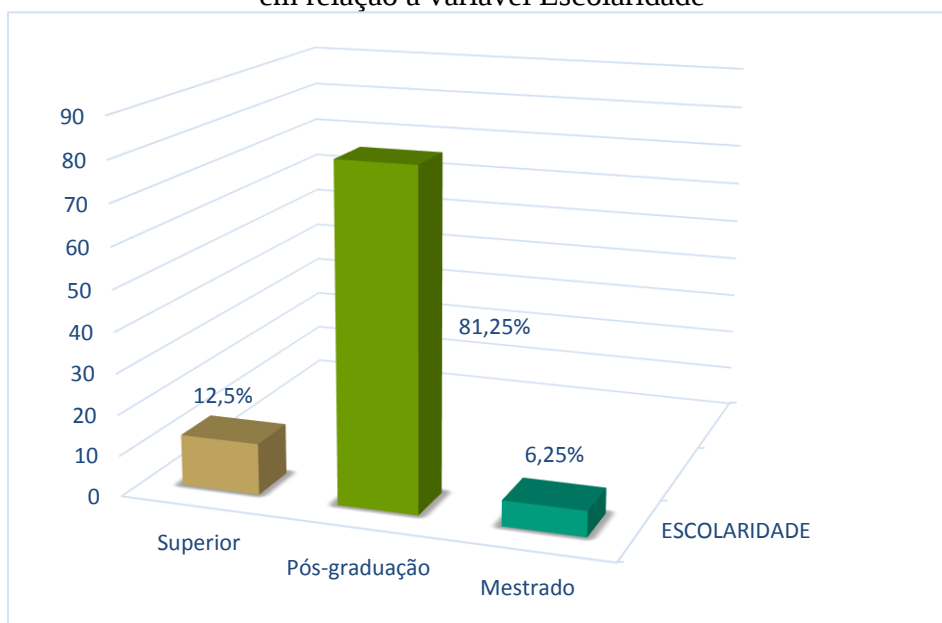
Gráfico 01 – Dados Demográficos da População Investigada em relação à variável Idade



Fonte: Pesquisa direta realizada pela autora (Fevereiro/2018)

Verifica-se, conforme o Gráfico 01, que os docentes pesquisados encontram-se numa faixa intermediária de idade, sendo que a metade deles estava na faixa de 31 a 40 anos, seguidos pelos da faixa etária de 41 à 50 anos (37,50%) e acima de 51 anos (12,5%).

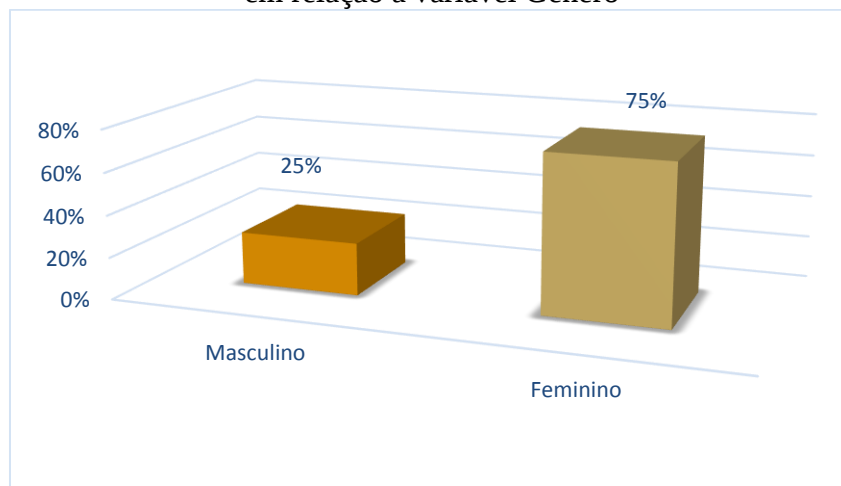
Gráfico 02 – Dados Demográficos da População Investigada em relação à variável Escolaridade



Fonte: Pesquisa direta realizada pela autora (Fevereiro/2018)

No que diz respeito ao fator escolaridade, percebe-se que essa classe de profissionais possuía alto grau de escolarização, sendo que 12,5% dos docentes detinham curso superior, 81,25% o de pós-graduação e 6,25% possuíam Mestrado.

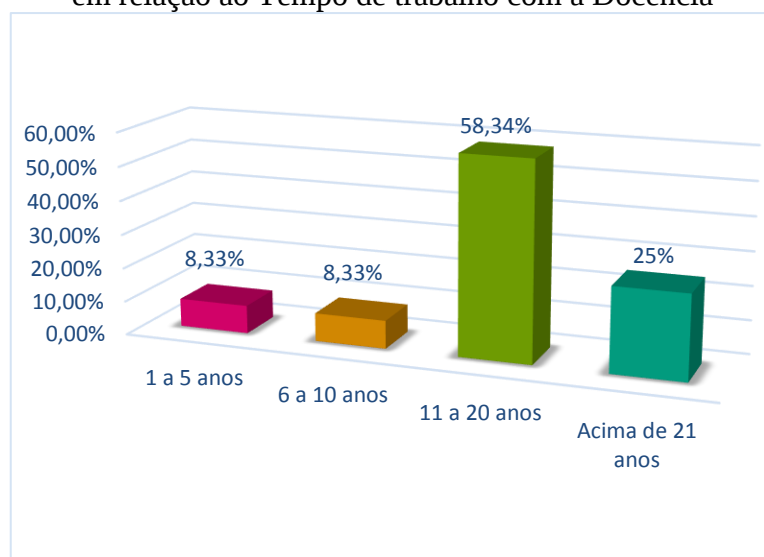
Gráfico 03 – Dados Demográficos da População Investigada em relação à variável Gênero



Fonte: Pesquisa direta realizada pela autora (Fevereiro/2018)

No tocante ao gênero, houve domínio do sexo feminino (75%) sobre o masculino (25%).

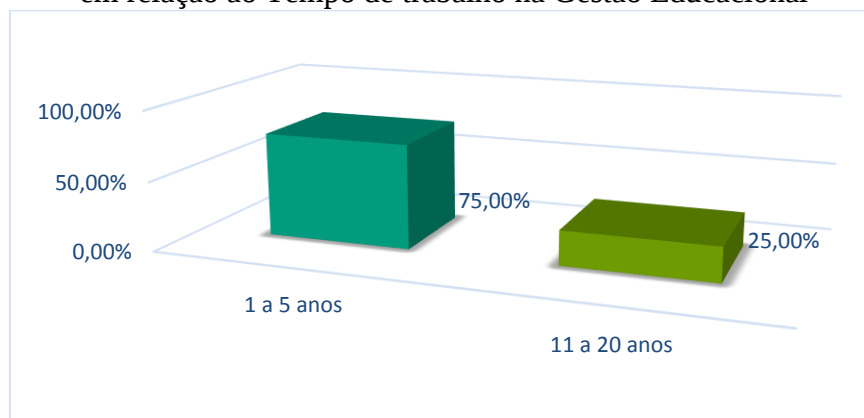
Gráfico 04 – Dados Demográficos da População Investigada em relação ao Tempo de trabalho com a Docência



Fonte: Pesquisa direta realizada pela autora (Fevereiro/2018)

Na abordagem da dimensão tempo de serviço, constatou-se que 58,34% dos investigados possuíam entre 11 e 20 anos de prática docente e 25% tinham acima de 21 anos de experiência. Assim, pode-se concluir que a população amostrada já possuía ampla experiência com a docência.

Gráfico 05 – Dados Demográficos da População Investigada em relação ao Tempo de trabalho na Gestão Educacional

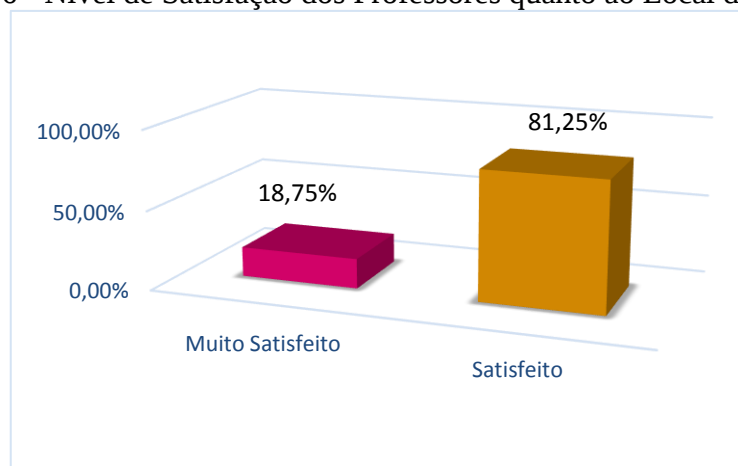


Fonte: Pesquisa direta realizada pela autora(Fevereiro/2018)

Também foi objeto de investigação o tempo de experiência dos gestores. Verificou-se que 75% dos gestores estão assumindo o seu primeiro mandato neste Colégio e a parcela de 25% destes já atua entre 11 e 20 anos, o que demonstra uma larga experiência no processo de gestão educacional. Todos os referidos diretores assumiram o seu mandato neste Colégio por meio de eleição direta da comunidade, em que participaram professores, funcionários e pais de alunos. Certamente, algo bastante positivo para todos os envolvidos no ambiente educacional.

A satisfação no ambiente de trabalho é considerada elemento de extrema relevância para que os servidores desempenhem suas atividades laborais de forma plena. Diante disso, tanto os professores quanto os gestores foram questionados sobre a satisfação deles em relação ao local de trabalho.

Gráfico 06 - Nível de Satisfação dos Professores quanto ao Local de Trabalho



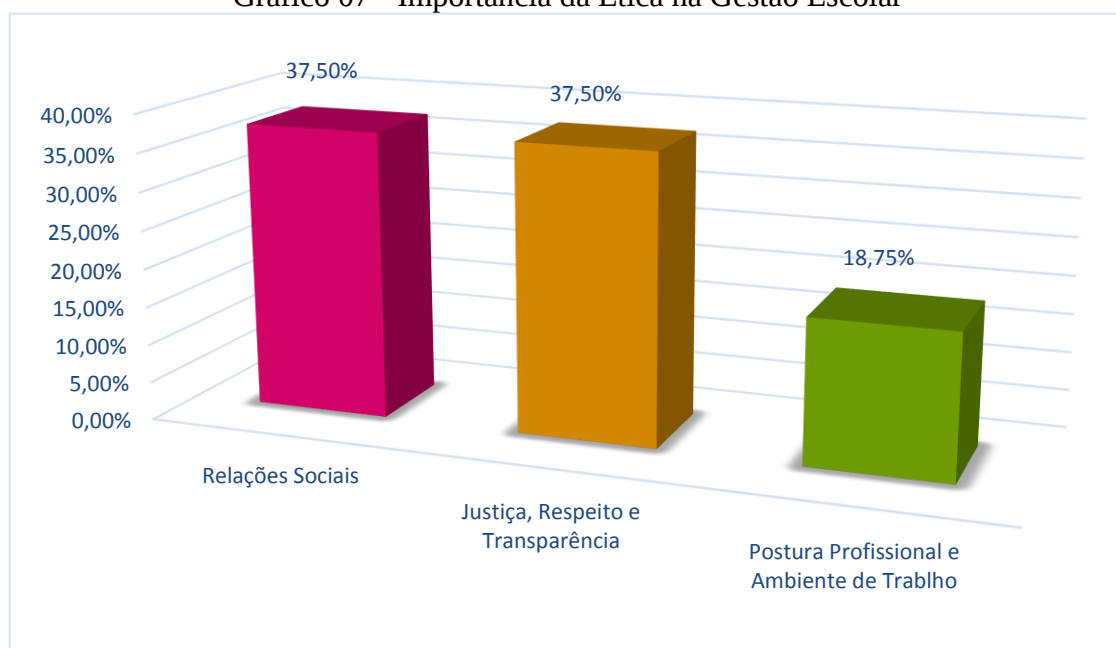
Fonte: Pesquisa direta realizada pela autora(Fevereiro/2018)

Diante do exposto, nota-se que 81,25%, entre professores e gestores, estão satisfeitos, 18,75% muito satisfeitos e nenhum dos entrevistados sente-se insatisfeito no seu local de trabalho. Nesse sentido, Libâneo (2015) ressalta que um ambiente de trabalho sadio reflete a relação entre os profissionais e a escola. Ao se sentirem valorizados e acreditados pela liderança, professores e servidores tendem a estabelecer uma relação de confiança e ética nos vínculos pessoais e funcionais estabelecidos no ambiente laboral, criando, assim, um bom clima de trabalho organizacional.

Considerando que um desempenho ético revela os comportamentos e valores de um indivíduo, foi questionado aos profissionais do Colégio o que seria “agir com ética” e a maioria das respostas se referiam a “agir de maneira correta”, “agir com justiça e equidade”, “agir de acordo com um conjunto de regras estabelecidas”, “agir respeitando sempre os que estão a sua volta”. Diante destas opiniões, fica clara a associação do termo “ética” a comportamentos ou normas aceitas pela sociedade. Agir com ética é entendido como fazer as coisas certas para viver bem coletivamente. Essa perspectiva evidencia ainda mais a contradição que as pessoas fazem em relação à ética e à moral, que apesar de próximas, se consumam de formas bem distintas. A moral se refere as regras de uma sociedade, já a ética, se materializa em um processo de exposição de princípios, valores, boa conduta, e consciência individual de direitos e deveres.

Sendo a ética uma premissa fundamental para uma boa gestão escolar, todos os professores e gestores que responderam o questionário avaliaram a ética, na gestão do Colégio em que trabalham, como indispensável, justa e transparente.

Gráfico 07 - Importância da Ética na Gestão Escolar



Fonte: Pesquisa direta realizada pela autora(Fevereiro/2018)

A partir dos relatos observa-se que tanto os gestores quanto os professores consideram a gestão do Colégio ética, principalmente no que tange às relações sociais, transparência e postura profissional. Nesses termos, o gráfico a seguir mostra que tanto para os professores quanto para os gestores, a ética é imprescindível à gestão escolar porque através dela é possível se ter uma administração pautada no respeito, harmonia, responsabilidade e transparência.

Para Silva, J. (2014), o gestor é uma referência para toda a comunidade escolar e, por isso, precisa ser forte o suficiente para incentivar a quebra de paradigmas e focar no desenvolvimento de condutas éticas através de exemplos dados pela sua própria postura no ambiente educacional.

No sentido de nortear a ação dos seus agentes públicos, o estado da Bahia, por meio do Estatuto do Servidor Público do Estado da Bahia - Lei nº 6.677 de 26 de setembro de 1994, em seu artigo 175, VII, coloca como alguns dos deveres do servidor zelar pela economia de material e pela conservação do patrimônio público, manter conduta pessoal e funcional compatíveis com a moralidade profissional e administrativa e levar ao conhecimento da autoridade superior as irregularidades que vier a ter ciência, em razão do cargo. Nota-se que são atribuídas ao servidor regras de conduta para conduzir suas atividades de modo a respeitar o compromisso com a instituição. Por essas e outras razões, faz-se necessário que a atuação deste profissional esteja alicerçada em pilares morais e éticos.

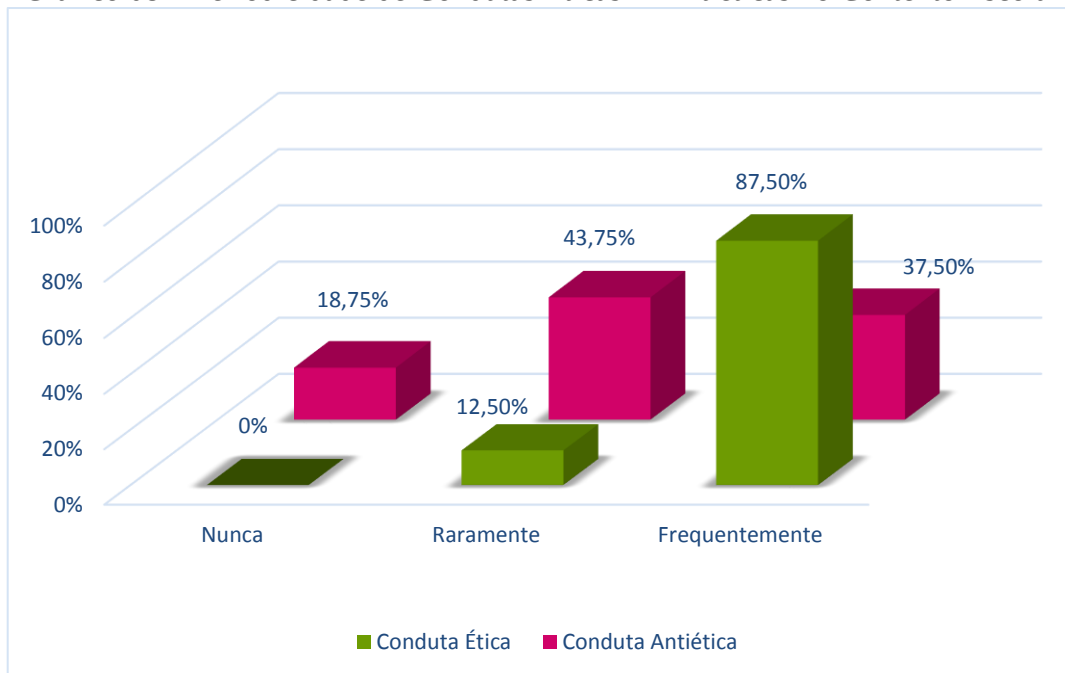
Para alinhar o comportamento dos seus agentes aos objetivos e valores institucionais, o Estado da Bahia elaborou ainda um Código de Ética Profissional do Servidor Público Civil, de 22/06/1994, para os servidores de modo geral, inclusive profissionais da educação. É válido ressaltar que não se trata, apenas, de limitar o comportamento das pessoas por meio de normas, mas possibilitar um maior comprometimento das ações dos servidores de modo a torná-las compatíveis com os valores da instituição. No entanto, no Colégio em questão, 50% dos professores e gestores desconhecem a existência deste Código. Vale destacar que dentre a parcela conhecedora do Código de Ética, 75% reconheceu seguir o Código em questão e 25% disse que apesar de saber da existência não o segue porque não o conhece, preferindo seguir seus princípios éticos pessoais.

Um aspecto importante a revelar é que o Estado não tem feito a sua parte, uma vez que para resolver esse problema. Ele poderia no ato da posse apresentar tanto o código de ética quanto outros documentos aos servidores bem como promover cursos e encontros a fim de conscientizar os servidores de seus direitos e deveres. É válido ressaltar que o

desconhecimento de uma lei ou código não se configura como excludente de motivo para se justificar a adoção de posturas inadequadas de quem quer que seja.

Pode-se constatar pela pesquisa que neste Colégio situações antiéticas têm sido cada vez menos freqüentes. O Gráfico 08 confronta a periodicidade com que os professores presenciam situações éticas e antiéticas no Colégio e revela que comportamentos éticos vêm se destacando ao longo do tempo.

Gráfico 08 – Periodicidade de Condutas Éticas X Antiéticas no Contexto Escolar



Fonte: Pesquisa direta realizada pela autora (fevereiro/2018)

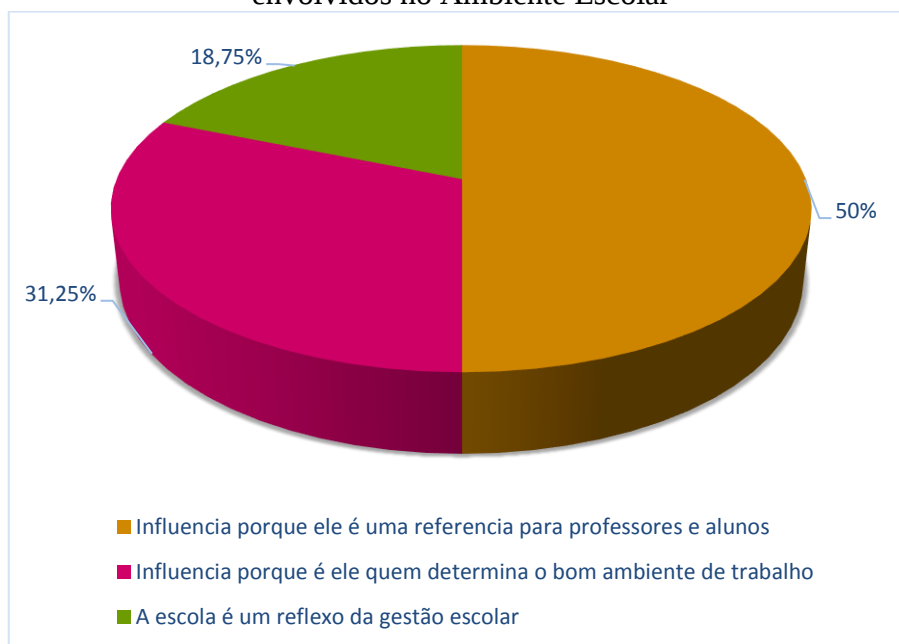
Infelizmente é notório que em algum momento todos os professores alegaram já ter presenciado situações em que houve falta de ética. Atitudes como faltas recorrentes de professores, desvio de função de funcionários e desentendimentos entre profissionais denotam além do péssimo exemplo, o desrespeito pelo local de trabalho. É importante lembrar que nenhum professor citou como atitude antiética a utilização inadequada dos recursos públicos, revelando que neste Colégio, todos aprovam e consentem com a maneira como estes recursos vêm sendo aplicados.

A partir do exposto, percebe-se que agir com ética e fazer com que os liderados também o façam, tem sido um dos grandes desafios para o gestor escolar. O comportamento humano é moldado por necessidades ou circunstâncias, e cabe aos gestores ficarem atentos, para que o rendimento da equipe e os planejamentos efetuados não sofram interrupções por motivos de ordem comportamental.

A figura do gestor é fundamental para o sucesso da administração escolar, pois é ele o responsável por conduzir sua equipe para oferecer uma educação de qualidade ao aluno e

contribuir para a sua formação enquanto cidadão. De acordo com a pesquisa, todos os gestores e professores concordaram que um desempenho ético por parte do gestor escolar reflete diretamente no funcionamento da escola uma vez que ele serve de exemplo para os demais.

Gráfico 09 - Influência do Gestor no Comportamento dos Membros envolvidos no Ambiente Escolar



Fonte: Pesquisa direta realizada pela autora (Fevereiro/2018)

Através desta pesquisa ficou constatado que um dos motivos que provoca a discrepância ética nas escolas públicas, é o fato de que alguns gestores são influenciados por outros colegas de profissão a agir de forma improdutivo e inoperante no serviço público. Também foi perguntado aos professores como acontecem as tomadas de decisões e se eles acham a gestão do Colégio democrática e participativa. Para estes gestores e professores, a gestão da escola transfere as decisões de maneira integrada, ética e comprometida uma vez que todos relatam ter participação no processo de construção das decisões, evidenciando que a opinião deles é relevante do início ao fim do processo. Esse resultado caracteriza a gestão escolar como sendo tão democrática quanto participativa, uma vez que ela não só aceita o que é decidido pela maioria, como também, considera a hipótese de participação dessas pessoas em propor alternativas cabíveis.

Encerrando esta pesquisa, foi questionado aos docentes e gestores sobre a credibilidade de ter uma Administração pública transparente e ética. Como resultado, para 87,5% consideram ser possível ter uma Administração pública transparente e, apenas, 12,5%

não acreditam nesta possibilidade. Esse resultado demonstra que a associação da figura da Administração Pública a um serviço ineficiente vem mudando ao longo do tempo. Na esfera educacional a opinião é semelhante e a credibilidade do ensino público perante a comunidade só se dá quando à frente destas instituições estiverem pessoas sérias, honestas, comprometidas com o patrimônio público, capazes de garantir direitos e delegar responsabilidades para todos, sem, com isso, perder os princípios da ética e da justiça.

4 CONCLUSÃO

A ética consiste num complexo fenômeno social humano, uma vez que se materializa em distintos contextos e situações. Sendo assim, não há como estabelecer um comportamento ético nas pessoas, visto que a conduta depende da interferência de vários elementos como a educação, as regras, as pessoas, o ambiente, os princípios e os recursos envolvidos no processo. Apesar disto, é importante ressaltar que uma postura ética por parte do gestor educacional influencia de forma positiva no comportamento das pessoas que trabalham na instituição educacional.

A partir da análise dos dados, constatou-se que a gestão da escola estudada administra de forma ética tanto os recursos financeiros e materiais, quanto os recursos humanos. Há um evidente, e bastante positivo, cuidado da administração com o uso correto dos recursos públicos e com o desempenho das obrigações por parte dos funcionários. Através de uma gestão democrática e participativa, os gestores demonstram priorizar o respeito e valorização da afetividade nas relações sociais. É necessário ter ética para gerenciar o patrimônio público, mas para proporcionar uma educação de qualidade, é imprescindível considerar o maior patrimônio da organização: As pessoas.

A preocupação do Colégio, segundo apontado pelos professores, em envolver a comunidade e professores no processo de decisões, transforma o ambiente escolar, modifica a convivência e os interesses de cada sujeito para ajudar na estruturação do colégio que zela pela participação de todos. É conveniente, também, refletir sobre o papel dos sujeitos da ação democrática e participativa para que possam desempenhar sua função e agir de forma efetiva para a transformação do colégio e de seus sujeitos. A busca pelo comprometimento da equipe, a interligação de responsabilidades e a forma de comunicação entre os profissionais e comunidade educativa explicam o sucesso de uma organização educacional.

É difícil atuar de forma ética? Sim. A estrada da integridade, dignidade, honradez não é fácil de se trilhar, principalmente quando se está envolvido num processo culturalmente marcado por condutas antiéticas e ultrajes aos interesses coletivos. É justamente por esse motivo que o gestor deve agir conforme as convicções e fundamentos morais que adquiriu ao longo de sua trajetória, priorizando, sempre, o benefício público em prol do particular.

É preciso recuperar a confiança da sociedade como um todo de que a escola pública é uma instituição incumbida de instruir e libertar o cidadão de quaisquer tipos de repressão. Ou seja, é dever da escola dar bons exemplos, bem como suporte ético e moral para

que os educandos solidifiquem sua condição de cidadão. E, por isso, é relevante que para sugerir e resolver ações e metas que apontem para uma educação qualificada, a gestão educacional deve contar com a participação de professores, funcionários e comunidade. Deve também fomentar o uso consciente dos recursos públicos e estabelecer prioridades a partir da real necessidade coletiva.

Entretanto, seguir normas, códigos de conduta, regras e leis afins, não são os únicos elementos necessários para se obter uma postura ética, uma vez que existem eventos na rotina escolar que não estão estabelecidos, eventos estes em que, muitas vezes, é necessário agir com bom senso. O atual modelo de gestão pública educacional aponta para um líder capaz de obter um serviço público essencialmente ético, fazendo com que as pessoas assumam suas responsabilidades sem esperar que as esferas administrativas superiores lembrem aquilo que cada um tem obrigação moral de saber.

O sucesso de uma gestão pública educacional está associado a criação de formas mais efetivas de fiscalização dos recursos públicos e de normas que direcionem a atuação dos servidores públicos. Contudo, tão importante quanto a função normativa é a aplicação de uma postura ética sólida e exemplar por parte do gestor educacional. Cabendo a ele ter conhecimento de suas atribuições, e estabelecer comprometimento com a instituição a que pertence, aplicando todo o esforço necessário para o êxito do grupo. Apesar de não existir um modelo ideal de gestor, algumas características são indispensáveis para que ele seja considerado um bom profissional na sua área de atuação. Um bom gestor educacional deve saber ouvir, ser imparcial, transparente, confiante e, acima de tudo, dar bons exemplos de democracia, decência, respeito ao próximo, e aceitação da pluralidade de opiniões dentro da organização. Por fim, deve gostar da atividade desempenhada, pois só assim conseguirá obter a motivação necessária para alcançar a excelência.

REFERÊNCIAS

- BAHIA. **Estatuto do Servidor Público do Estado**. Lei 6677/94 | Lei nº 6.677 de 26 de setembro de 1994. Disponível em: <<http://www.portaldoservidor.ba.gov.br/sites/default/files/Lei%206677%20DE%201994.pdf>> Acesso em: 23mar.2018.
- MELLO, Celso Antônio Bandeira de. **Curso de Direito Administrativo**. São Paulo: Editora Malheiros, 2016.
- BARDIN, Laurence. **Análise de conteúdo** (L. de A. Rego & A. Pinheiro, Trans.). Lisboa: Edições 70, 2006. (Obra original publicada em 1977).
- BRASIL. Constituição. **Constituição da República Federativa do Brasil**: promulgada em 5 de outubro de 1988. Organização do texto: Juarez de Oliveira. 4. ed. São Paulo: Saraiva, 1990. 168 p. (Série Legislação Brasileira).
- BRASIL. Constituição. **Emenda Constitucional nº 19**, de 04 de junho de 1998. Modifica o regime e dispõe sobre princípio e normas da Administração Pública, Servidores e Agentes políticos, controle de despesas e finanças públicas e custeio de atividades a cargo do Distrito Federal, e dá outras providências. In: CONSTITUIÇÃO DA REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL. 17.ed. São Paulo: Atlas, 2001.
- PIETRO, Maria Sylvia Zanella Di. **Direito Administrativo – Pareceres**. Rio de Janeiro: Editora Gen Forense, 2015.
- EXAME. Revista. **70% dos esquemas de corrupção no Brasil afetam saúde e educação**. Reportagem de Julia Affonso e Rodrigo Burgarelli. Disponível em: <<https://exame.abril.com.br/brasil/70-dos-esquemas-de-corrupcao-no-brasil-afetam-saude-e-educacao/>>. Acesso em: 19fev.2018.
- FILHO, José dos Santos Carvalho. **Manual de Direito Administrativo**. São Paulo: Editora Gen Atlas, 2017.
- G1. **Transparência Internacional divulga ranking de percepção da corrupção**: Brasil está em 79º lugar entre 176 países, aponta ranking da corrupção de 2016. Reportagem de Lucas Salomão. Disponível em: <<https://g1.globo.com/mundo/noticia/brasil-esta-em-79-lugar-entre-176-paises-aponta-ranking-da-corrupcao-de-2016.ghtml>>. Acesso em: 14fev.2018.
- HOFFMANN, Diovana. **Servidores Públicos**: O uso da esfera Pública em benefício próprio. Revista Páginas de Direito, Porto Alegre, ano 14, nº 1142, 05 de junho de 2014. Disponível em: <<http://www.tex.pro.br/home/artigos/264-artigos-jun-2014/6583-servidores-publicos-o-uso-da-esfera-publica-em-beneficio-proprio>>. Acesso em: 14fev.2018.
- LIBÂNEO, José Carlos. **Organização e Gestão da escola** – teoria e prática. São Paulo: Editora Heccus, 2015.
- MEIRELLES, Hely Lopes. **Direito Administrativo Brasileiro**. São Paulo: Editora RT, 2016.

MORAL. **Conceito**. Disponível em: <<https://pt.wikipedia.org/wiki/Moral>>. Acesso em: 14fev.2018.

MOREIRA, Joaquim Manhães. **A ética empresarial no Brasil**. São Paulo: Editora Pioneira Thomson Leatning, 2002. p. 31-33.

PRODANOV, Cleber; FREITAS Ernani César de. **Metodologia do trabalho científico: métodos e técnicas da pesquisa e do trabalho acadêmico**. 2. ed. Novo Hamburgo: Feevale, 2013.

SALLES, Helena da Motta. **Gestão democrática e participativa**. 3. ed. Florianópolis: UAB, 2014.

SILVA, Jesué. **Liderança ética e servidora**. Santa Catarina, 2014.

STUKART, Herbert Lowe. **Ética e Corrupção**: Os benefícios da conduta ética na vida pessoal e empresarial. São Paulo: Editora Nobel, 2003. p. 14-73.

SUNG, Jung Mo; SILVA, Josué Cândido da. **Conversando sobre Ética e Sociedade**. São Paulo: Editora Vozes, 2016.

TUGENDHAT, Ernest. **Lições sobre Ética**. São Paulo: Editora Vozes, 2016.

VALLS, Manuel. **O Que é Ética**. Rio de Janeiro: Editora Brasiliense, 2017.

VÁSQUEZ, Adolfo Sánchez. **Ética**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2017.

APÊNDICE A – INSTRUMENTO DE COLETA DE DADOS

QUESTIONÁRIO 1 - PROFESSORES

1. Instituição: _____
2. Bairro: _____
3. Turno: Matutino ☐ Vespertino ☐ Noturno ☐
4. Sexo: M () F ()
5. Idade: 20 a 30 ☐ 31 a 40 ☐ 41 a 50 ☐ 51 ou mais ☐
6. Escolaridade: Magistério ☐ Superior ☐ Especialização ☐ Mestrado ☐ Doutorado ☐
7. Quantos anos como professor(a): 0 a 5 ☐ 6 a 10 ☐ 11 a 20 ☐ 21 a 25 ☐ mais de 26 ☐
8. Quanto ao nível de satisfação no local trabalho, você se considera:

☐ Satisfeito ☐ Muito satisfeito ☐ Insatisfeito
9. Pra você, o que significa “agir com ética”? _____
10. Como você avalia a ética na gestão da escola em que trabalha?

☐ Justa e Transparente ☐ Ineficiente
11. Você considera a ética indispensável à Gestão escolar? Porque? _____
12. Você sabia que o Estado da Bahia tem um Código de Ética do Servidor Público Estadual?

☐SIM ☐NÃO . Você o segue? ☐SIM ☐NÃO. Justifique_____
13. O Estado oferece cursos e/ou encontros para apresentar o código de ética aos seus servidores? ☐SIM ☐NÃO
14. Você já presenciou atitudes **ANTIÉTICAS** no contexto escolar? ☐SIM ☐NÃO . Em caso afirmativo, Com que frequência? ☐Nunca ☐ Raramente ☐ Frequentemente ☐ Sempre
15. Caso tenha presenciado atitudes antiéticas, Você considera possível denunciar estas práticas? ☐SIM ☐NÃO. Justifique_____
16. Você já presenciou atitudes **ÉTICAS** no contexto escolar? ☐SIM ☐NÃO. Em caso afirmativo, Com que frequência?☐Nunca ☐ Raramente ☐ Frequentemente ☐ Sempre

17. Uma atitude ética por parte do Gestor escolar pode influenciar no comportamento moral dos demais membros envolvidos na atividade pública escolar? ☐SIM ☐NÃO.

Justifique_____

18. Você considera possível os Gestores serem influenciados por outros colegas de profissão a contribuir para o sistema de ineficiência do serviço público? ☐SIM ☐NÃO

19. Pra você, existe um modelo ideal de Gestor? ☐SIM ☐NÃO

20. Na sua opinião, quais seriam as características indispensáveis a um Gestor?_____

21. Você considera a gestão da escola democrática e participativa? ☐SIM ☐NÃO. Como acontecem as tomadas de decisões?_____

22. Você acredita ser possível uma Administração Pública com ética e transparência?

☐SIM ☐NÃO

APÊNDICE B – INSTRUMENTO DE COLETA DE DADOS

QUESTIONÁRIO 2 - DIRETOR E VICES

1. Instituição: _____
2. Bairro: _____
3. Turno: Matutino ☐ Vespertino ☐ Noturno ☐
4. Sexo: M () F ()
5. Idade: 20 a 30 ☐ 31 a 40 ☐ 41 a 50 ☐ 51 ou mais ☐
6. Escolaridade: Magistério ☐ Superior ☐ Especialização ☐ Mestrado ☐ Doutorado ☐
7. Quantos anos como Diretor/Vice-diretor:
0 a 5 ☐ 6 a 10 ☐ 11 a 20 ☐ 21 a 25 ☐ mais de 26 ☐
8. Quanto ao nível de satisfação no local trabalho, você se considera:
☐ Satisfeito ☐ Muito satisfeito ☐ Insatisfeito
9. Pra você, o que significa “agir com ética”? _____
10. Você considera a ética indispensável à Gestão escolar? Porque? _____
11. Você sabia que o Estado da Bahia tem um Código de Ética do Servidor Público Estadual?
☐SIM ☐NÃO . Você o segue? ☐SIM ☐NÃO. Justifique _____
12. O Estado oferece cursos e/ou encontros para apresentar o código de ética aos seus servidores? ☐SIM ☐NÃO
13. Você já presenciou atitudes **ANTIÉTICAS** no contexto escolar? ☐SIM ☐NÃO . Em caso afirmativo, Com que frequência? ☐Nunca ☐ Raramente ☐ Frequentemente ☐ Sempre
14. Cite um caso de atitude antiética que tenha presenciado dentro da escola
15. Caso tenha presenciado atitudes antiéticas, Você considera possível denunciar estas práticas? ☐SIM ☐NÃO .Justifique _____
16. Você já presenciou atitudes **ÉTICAS** no contexto escolar? ☐SIM ☐NÃO. Em caso afirmativo, Com que frequência?☐Nunca ☐ Raramente ☐ Frequentemente ☐ Sempre

17. Cite um caso de atitude Ética que tenha presenciado dentro da escola_____
18. Uma atitude ética por parte do Gestor escolar pode influenciar no comportamento moral dos demais membros envolvidos na atividade pública escolar? ☐SIM ☐NÃO .
Justifique_____
19. Você considera possível os Gestores serem influenciados por outros colegas de profissão a contribuir para o sistema de ineficiência do serviço público? ☐SIM ☐NÃO
20. Pra você, existe um modelo ideal de Gestor? ☐SIM ☐NÃO
21. Na sua opinião, quais seriam as características indispensáveis a um Gestor?_____
22. Você considera a gestão da escola democrática e participativa? ☐SIM ☐NÃO . Como acontecem as tomadas de decisões?_____
23. Você acredita ser possível uma Administração Pública com ética e transparência?
☐SIM ☐NÃO